



Diário Oficial

Polícia Civil estabelece providências que devem ser adotadas para garantir a segurança pública

Portaria 043/2010, editada pela Delegacia Geral da Polícia Civil, estabelece providências que passam a ser adotadas pelas autoridades policiais. Entre as providências estão: comunicar

diariamente às Diretorias a que estão subordinadas e ao Núcleo de Inteligência Policial, todas as prisões e/ou indiciamentos decorrentes de interceptação telefônica; todos os casos de pri-

sões em que houver apreensão de armas de fogo; prisão de traficantes, quantidade de drogas apreendidas, as ocorrências de roubos de veículos e outros fatos relevantes.

(Cad. 2 - Pág. 7)

Gestão administrativa

Portaria 95/2010, emitida pela Secretaria de Meio Ambiente, vincula o Núcleo de Documentação e Arquivo diretamente à Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira, que terá amplos poderes para gerenciá-lo, visando atendimento ao público. A SEMA também assina termo de gestão ambiental compartilhada com o município de Santa Maria das Barreiras.

(Cad. 2 - Pág. 7)

Substâncias da lista C 2

A Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), por meio da Portaria 144/2010, concede autorização para o cadastramento de estabelecimentos para comercialização e dispensação de medicamentos a base de substâncias retinóides de uso sistêmico da lista "C2" da Portaria 344/98, do Serviço de Vigilância Sanitária (SVS) e de suas atualizações.

(Cad. 2 - Pág. 10)

Defensoria institui normas para realização de Tribunais de Juri

A Defensoria Pública, cria o cadastro de Defensores Públicos do Estado interessados em realizar Tribunais de Juri nas comarcas de 1ª e 2ª entrâncias quando da impossibilidade de membros titulares ou designados participarem da referida sessão. O objetivo, segundo a portaria, é normatizar a atuação dos

defensores públicos nas causas de competência do Tribunal do Júri, notadamente quanto à atuação na respectiva sessão de julgamento, no âmbito do interior do Estado. A Defensoria também cria o cadastro de interessados em realizar itinerância. E ainda, regulamenta o plantão criminal e cível sob o regime de sobreaviso.

(Cad. 1 - Pág. 7)

Assistência ambulatorial

O Instituto de Assistência aos Servidores do Estado e Consultório Médico Odontológico Oliveira S/S Ltda assinam contrato para prestação de serviços de assistência ambulatorial e apoio diagnóstico aos segurados do IASEP.

(Cad. 1 - Pág. 12)

Patrocínio ao futebol

O Banco do Estado do Pará S/A (BANPARÁ) e a Federação Paraense de Futebol celebram contrato com prazo de vigência no período de 29 de janeiro a 28 de abril de 2010. O objeto do convênio é o patrocínio financeiro ao futebol paraense.

(Cad. 2 - Pág. 7)

A História no Diário Oficial

MAGALHÃES BARATA (CIX)

O governador Joaquim de Magalhães Barata baixou a Portaria nº. 219, de 02 de agosto de 1957, que designava o Sr. Ernesto Cruz, diretor da Biblioteca e Arquivo Público, para representar o Pará no VI Congresso Histórico Municipal Interamericano realizado em Madrid-Espanha.

No mesmo dia o governador assinava a Portaria nº. 221, que também designava o Sr. Ernesto Cruz para pesquisar nos arquivos europeus, notadamente na Torre do Tombo, em Lisboa, no Arquivo Colonial do Porto e nos arquivos de Madrid e Sevilha, os documentos históricos ligados à fase colonial do Pará, desde o Século XVII, a fim de completar a coleção de manuscritos do Arquivo Público do Estado.

E no dia 06 de agosto, o governador assinava a Portaria nº. 223 designando o professor Adelfermo dos Santos Mattos, Superintendente do Serviço de Canto Orfeônico do Estado, para realizar, sem prejuízos de seus vencimentos, cursos de aperfeiçoamento de música em Roma, conforme bolsa concedida pela Lei nº. 1.468/1957.

